

2017

THEOTONIO NEGRÃO

2017

THEOTONIO NEGRÃO

THEOTONIO NEGRÃO

THEOTONIO NEGRÃO
JOSÉ ROBERTO F. GOUVÊA
LUIS GUILHERME A. BONDIOLO
JOÃO FRANCISCO N. DA PONSECA

CÓDIGO CIVIL

LEGISLAÇÃO CIVIL EM VIGOR

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LEGISLAÇÃO PROCESSUAL EM VIGOR

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL EM VIGOR

THEOTONIO NEGRÃO

JOSÉ ROBERTO F. GOUVÊA

LUIS GUILHERME A. BONDIOLO

JOÃO FRANCISCO N. DA PONSECA

THEOTONIO NEGRÃO

JOSÉ ROBERTO F. GOUVÊA

LUIS GUILHERME A. BONDIOLO

JOÃO FRANCISCO N. DA PONSECA

2017

4ª EDIÇÃO REVISADA E ATUALIZADA

• De acordo com a Lei 13.256, de 21.6.2016 (Decreto de Urgência nº 17, de 22.11.2016), que altera o Novo CPC
• Regimentos Internos do STJ e do STF atualizados e adaptados ao Novo CPC

Indispensáveis!
Conteúdo sempre atualizado

GANHE UM SUPERDESCONTO NA COMPRA DO COMBO CC + CPC

saraiva 

Resumo de Código Civil e Legislação em Vigor + Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor - Caixa

Completos e atualizados, o Código Civil e Legislação Civil em Vigor e o Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor já se consagraram no mercado bibliográfico jurídico como segura fonte de conhecimento e pesquisa.

Ambos contêm um índice completo de leis e súmulas e um didático índice alfabético-remissivo, com a subdivisão de cada instituto. As obras destacam-se pelos minuciosos comentários artigo por artigo, contando com conteúdo doutrinário, decisões dos Tribunais e referências a outros artigos ou a outras leis.

A nova edição do Código Civil e Legislação em Vigor (35ª edição) está devidamente atualizada e foram incorporadas à obra relevantes inovações legislativas ocorridas ao longo do último ano, entre as quais se destacam (I) a Med.

Prov. 759, de 22.12.16, que alterou o Código Civil para instituir o direito real de laje; (II) as Leis 13.257, de 8.3.16, e 13.306, de 4.7.16, que alteraram o Estatuto da Criança e do Adolescente; (III) a Lei 13.281, de 4.5.16, que modificou o Estatuto da Pessoa com Deficiência; e (IV) a Lei 13.331, de 1.9.16, que dispôs sobre o Certificado de Depósito Agropecuário-CDA, o Warrant Agropecuário-WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio-CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio-LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio-CRA.

Na nova edição do Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor (48ª edição) foram introduzidas relevantes emendas ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (50 e 51) e do Superior Tribunal de Justiça (21, 22, 23, 24, 25, 26, 27), editadas justamente para adaptar as disposições regimentais ao texto da Lei 13.105, de 16.3.15.

O advento da Lei 13.300, de 23.6.16, fez com que o livro ganhasse um

novo título, dedicado exclusivamente ao mandado de injunção, remédio judicial criado pela Constituição Federal de 1988 para enfrentar o problema da omissão normativa, que, paradoxalmente, carecia de regulamentação legal.

Destaca-se também: (I) Emenda Constitucional 94, de 16.12.16, que alterou o art. 100 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais, e acrescentou dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir regime especial de pagamento para os casos em mora; (II) Emenda Constitucional 92, de 12.7.16, que alterou os arts.

92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar a condição do Tribunal Superior do Trabalho de órgão integrante do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos seus cargos ministeriais e modificar a sua competência; (III) Lei 13.363, de 25.11.16, que alterou o Código de Processo Civil e o Estatuto da Advocacia, para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai; (IV) Lei 13.327, de 29.7.16, que alterou a Lei de Mediação; e (V) Lei Complementar 157, de 29.12.16, que modificou a Lei de Improbidade Administrativa.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)